



ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA:

LIMITES E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Bernadete de Paiva Miranda - Unifae, São João da Boa Vista -
bethpaivamiranda@yahoo.com.br

Cristiane Betanho - Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - crisbetanho@fagen.ufu.br

Luciel Henrique de Oliveira - Unifae, São João da Boa Vista e EAESP/FGV - luciel@uol.com.br

Marcelo S. Zambon - Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) -
marzambon@uol.com.br

Maria Izabel Ferezin Sares - Unifae, São João da Boa Vista e PUC/Minas - bel@fae.br

RESUMO

Este trabalho é um estudo bibliográfico descritivo, elaborado a partir de dados qualitativos e quantitativos, obtidos por metodologias diferentes. Por meio de pesquisa participativa, Betanho (2008) analisou assentamentos de reforma agrária nos estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco. Miranda (2011) analisou um acampamento, no estado de São Paulo, por meio um censo com a população acampada e a técnica de Rede Social, para se chegar a outros envolvidos. O artigo apresenta os resultados comparados dos dois trabalhos analisados a partir das dimensões de sustentabilidade, conforme Elkington (2010): justiça social; prosperidade econômica e proteção ambiental. Apresenta-se uma reflexão sobre os limites e desafios enfrentados por um projeto de assentamento a partir das situações vividas por dois assentamentos. Os autores discutem a questão agrária e seus reflexos no desenvolvimento. Os casos estudados mostraram que não basta conseguir a terra, o desafio maior é manter-se nela. Para isso, são necessários programas e políticas públicas que possibilitem geração de renda a

partir de pequenos empreendimentos rurais. O trabalho evidencia a importância de discutir sobre práticas, limites e desafios para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

1. Introdução

Para Furtado (1986 p. 93), “o Brasil é o único país das Américas criado, desde o início, pelo capitalismo comercial, sob a forma de empresa agrícola”, sendo a exportação a razão de ser da ocupação do território. No período colonial, a única forma de valorizar as terras brasileiras, desprovidas de um tesouro indígena a saquear ou de minas de metais preciosos de fácil localização, foi o desenvolvimento da plantation, uma forma especial de gerenciamento da grande propriedade, cujo objetivo era a geração de grandes produções, voltadas quase que exclusivamente para o mercado externo, com uso abundante de capital e de mão-de-obra, geralmente arregimentada de forma compulsória (LINHARES e SILVA, 1999).

Quinhentos anos depois, pode-se dizer que a situação realmente mudou? O modelo agroexportador se perpetuou, sendo o país um player valorizado na produção de commodities agrícolas. Historicamente, no Brasil, o índice de Gini não tem apresentado mudanças significativas desde 1940, mantendo-se a média nacional em torno de 0,80, uma das mais altas do mundo. De acordo com o Atlas Fundiário Brasileiro (INCRA, 1996), o Brasil registra aproximadamente 44 mil imóveis acima de mil hectares, que ocupam 50% da área total cadastrada no país. Nos extremos, são quase um milhão de imóveis rurais com área de até 10 hectares, que ocupam 1,5% da área total, e no outro extremo, exíguos 75 imóveis com mais de cem mil hectares, ocupando 7,3% da área total cadastrada no país, o que revela a alta concentração de terras no Brasil. Assim, tem-se uma plantation modernizada, que contribui para a geração de riquezas no país, no entanto não contribui para a distribuição dessa mesma riqueza.

De acordo com Polanyi (2000), a função econômica é apenas uma entre as muitas da terra. E terra e trabalho devem ser vistos como um todo articulado. A reforma agrária pode ser uma forma de realizar transferência de renda. Fica claro que a posse da terra não é o fim em si do movimento de reforma agrária, mas o meio para se gerar e distribuir riqueza. Mas, que tipo de trabalho e que tipo de riqueza se quer e se pode gerar a partir da reforma agrária? Esta é a questão que move este trabalho, que objetiva refletir sobre os limites e os desafios para o desenvolvimento sustentável que precisam ser enfrentados por assentamentos de reforma agrária.

Este trabalho aborda essa reflexão nos limites e desafios enfrentados por um Projeto de Assentamento, localizado no interior de São Paulo. Para tanto, são apresentadas situações enfrentadas por dois assentamentos, de estados diferentes. Primeiramente, apresenta-se o significado de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Na sequência, os autores refletem sobre a questão agrária e seus reflexos no desenvolvimento. A questão da Economia Solidária é abordada com possibilidade de geração de trabalho e renda sustentável. Para ilustrar e fornecer dados que permitam traçar os limites e os desafios em relação à

sustentabilidade desses empreendimentos, serão apresentados casos analisados em trabalhos anteriores (BETANHO, 2008; MIRANDA, 2011).

2. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

Os primeiros registros da discussão acerca do desenvolvimento sustentável datam da década de 1960. Cavalcanti et al (1994) diz que a economia da sustentabilidade tem como premissa a criação de princípios que freiem o conflito que se agrava entre homem e natureza. Para Eriksson (1992) apud Cavalcanti et al (1994), uma troca sustentável entre a sociedade e o meio ambiente envolve alguma forma de restrição das atividades societárias. Parece evidente que não há um único caminho para se chegar às exigências de uma vida sustentável. Sachs (1984) formulou os princípios básicos desta nova visão de desenvolvimento, integrando seis aspectos que deveriam nortear seu rumo: satisfação das necessidades básicas, solidariedade com as gerações futuras, participação da população envolvida, preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral, elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e programas de educação.

Nesse contexto, Sauer (2008) e Carter (2010) consideram que a reforma agrária desempenha importante papel para o desenvolvimento econômico e na redistribuição de riquezas. Veiga e Abramovay (1994 e 1996 apud SAUER, 2008) reafirmam essa importância econômica, principalmente como parte de um processo “modernizador” do campo na direção de um desenvolvimento sustentável por meio da viabilização econômica da agricultura familiar. Para Carter (2010), a grande desigualdade socioeconômica e a pobreza no Brasil atrapalham o processo de desenvolvimento econômico. Os movimentos sociais e a intensificação da luta do homem do campo mostram a necessidade de se elaborar estratégias de desenvolvimento para o campo que coloque foco nas oportunidades de desenvolvimento social e não se limite à questão econômica (CARTER, 2010).

3. Desenvolvimento Agrário e Reforma Agrária

O Brasil é um país que privilegia o latifúndio exportador de commodities desde os primórdios de seu estado colonial. No entanto, o modelo agroexportador do colonialismo entra em xeque no final do século XIX, a partir da conjugação de fatores como o fim da escravidão, queda de preços dos produtos e a crescente urbanização, com conseqüências no desenvolvimento industrial urbano (VIA CAMPESINA, 2005). A Revolução de 1930 cria condições objetivas para a alteração do ordenamento agrário do país: o campo brasileiro foi chamado a participar do desenvolvimento nacional, cabendo-lhe a tarefa de prover alimento a baixo custo, mão-de-obra barata e matérias-primas para o recente pólo urbano-industrial da economia. A ação de Vargas impunha ao campo o papel de atender às necessidades da economia nacional – colonizar, e produzir mais, para o mercado interno –, de forma subordinada e dirigida pelo Estado (LINHARES e SILVA, 1999).

Entre 1950 e 1964, os novos desafios econômicos e a necessidade de respostas mais qualificadas da agricultura, considerada à época obstáculo ao desenvolvimento da

industrialização do país, impõem a necessidade de modernizar a agricultura. Os caminhos propostos para tal modernização podem ser divididos em duas correntes teóricas: a modernização conservadora, que pregava a expansão da agricultura pela intensificação da mecanização, uso de fertilizantes e de defensivos químicos, sendo que a questão social seria resolvida pela criação de empregos fora do setor agrícola; e a modernização estrutural, que buscava modificar a estrutura não apenas agrícola, mas agrária, ligada aos processos de transformação das relações de produção (LINHARES e SILVA, 1999).

Com o golpe militar de 1964, adota-se a corrente da modernização conservadora, por meio do abundante crédito para quem adotasse um pacote tecnológico que levaria a uma agricultura mais eficiente. De acordo com Linhares e Silva (1999, p. 184),

(...) Tratava-se de passar de um padrão agrário, montado sobre a exploração do trabalhador e o sufocamento do minifúndio pelo latifúndio, para um padrão baseado no acesso a financiamentos e insumos, o que certamente beneficiava a conjugação dos interesses financeiros do grande capital multinacional (química, para adubos e corretores de solo; máquinas e equipamentos, para instrumentos e implementos agrícolas).

Assim a modernização da agricultura atendia, aos interesses industriais, primeiramente, para depois subordinar a produção agropecuária aos padrões agroindustriais. Entre as décadas de 1980 e 1990, a estratégia das agroindústrias parte para a integração. O movimento deu-se principalmente “para trás”, por meio da formação de parcerias com produtores de matérias-primas, de acordo com os padrões estipulados pelas empresas.

Agricultura e industrialização passam, portanto, a fazer parte da mesma cadeia, comandada pela última, transnacionalizada a partir da década de 1990. Na atualidade, o comércio agrícola passou a ser fortemente controlado por grandes grupos transnacionais, que incentivam a produção monocultora em larga escala, com vistas à exportação, além de estabelecerem um novo padrão agroindustrial com uso de biotecnologias para o aumento da produtividade da agricultura. Esse novo modelo, apesar de grandemente responsável pelo superávit fiscal do país, agravou o problema da distribuição da renda. Como salienta Graziano (1996), a pobreza é gerada por uma distribuição fortemente desigual dos fatores de produção, aliada ao modelo de desenvolvimento adotado, que privilegia a grande produção e a grande propriedade e contraria a discussão da sustentabilidade, possibilitando maior concentração da produção e dos capitais, promovendo a subordinação do trabalho ao capital. Produtores familiares que não têm recursos para acompanhar a crescente tecnificação acabam tendo duas saídas – a integração aos complexos agroindustriais, a produção para autoconsumo a ou utilização da terra apenas como local de moradia, deslocando-se os membros da família para o trabalho em centros urbanos ou no próprio meio rural, em atividades não agrícolas.

Germer (2004) afirma que não se pode desvincular a luta pela socialização dos meios de produção dos assalariados rurais da luta pela reforma agrária, nem tampouco separá-los dos pequenos produtores rurais, que estão somente a um passo de serem assalariados como bóias-frias. Nesse sentido, Grzybowski (2004) afirma que os movimentos sociais são potenciais

democratizadores que podem contribuir para alterar correlações de força, auxiliando na edificação de uma outra ordem social.

A luta pela Reforma Agrária e por uma Economia Solidária refletem a busca de alternativas para a redução da miséria e para o restabelecimento dos princípios de comportamento tradicionais – reciprocidade, redistribuição e domesticidade (POLANYI, 2000), reinserindo a economia do homem nas suas relações sociais, relativizando as relações de mercado e a esfera dos interesses, na qual se ancoram as relações entre os indivíduos no modo de produção capitalista.

4. Economia Solidária na Reforma Agrária

Para França Filho e Laville (2004), a vertente econômica solidária é um dos contramovimentos que questionam o *laissez-faire* na economia. Inscrita tanto na esfera social quanto econômica, a Economia Solidária funda um movimento social de empreendedores rurais e urbanos que não é movido apenas pela rentabilidade do capital investido, mas, indo além dos interesses privados, busca no espaço público um poder-agir na economia.

A partir do final da década de 1980 no Brasil, a abertura dos mercados internos contribuiu para quebrar as forças produtivas nacionais, gerando níveis alarmantes de desemprego. Com a perda dos postos de trabalho, mais e mais pessoas passaram a viver do subemprego e de práticas da economia informal, que representam um simulacro das práticas mercantis oficiais e podem dar guarida à precarização das relações de trabalho (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). Aí se insere o estudo da Economia Solidária e seus Empreendimentos. Singer (2003) reflete que se busca um equilíbrio entre a dimensão social e a econômica, visando a encontrar outras alternativas para os momentos de crise do que o simples repasse à sociedade de seus custos, como se observa nas empresas capitalistas. O empreendimento e a forma de produção estão intimamente ligados a um tipo de sociedade. “Só dá para entender economia solidária como um projeto político em sociedade.” (LECHAT, 2002, p. 78). As estratégias e decisões são tomadas por todos e as responsabilidades são compartilhadas. Nesse sentido, a economia solidária tem colaborado efetivamente para a redução de desigualdades no Brasil (SINGER, 2002).

Entre os pequenos agricultores e especialmente nos movimentos sociais ligados à reforma agrária, a prática de cooperação, desde o início, se dava naturalmente com a organização de mutirões e troca do excedente de alimentos produzidos para o consumo (SINGER, 2010). Em 1986, com o I Encontro Nacional de Assentados, veio à tona a discussão da necessidade de se organizar a produção nos assentamentos, houve um avanço na discussão a favor do cooperativismo. Nos anos que se seguiram, as associações nos assentamentos rurais se tornam crescentes, e a aceitação do sistema de cooperação evoluiu gradualmente. Em 1989 surgiram as primeiras Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) no Rio Grande do Sul, e em 1991, foi criado, nos assentamentos do MST, o Sistema Cooperativista dos Assentados, composto por Cooperativas Agropecuárias, Cooperativas de Comercialização Regionais, Grupos Coletivos e Associações. Apesar dos benefícios trazidos pelas CPAs, falhas administrativas e técnicas em

razão da falta de preparo dos assentados em rotinas administrativas comprometeram a continuidade dessas organizações.

5. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho é um estudo bibliográfico descritivo, elaborado a partir de dados qualitativos e quantitativos, obtidos por metodologias diferentes. Betanho (2008) analisou assentamentos de reforma agrária nos estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco. Ao todo, foram ouvidas entre 5 e 10% das famílias de cada um dos assentamentos ou grupos de assentamentos pesquisados. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa participativa. Para Rocha e Aguiar (2003), trata-se de metodologia de pesquisa que articula prática e teoria, sujeito e objeto, e seus resultados estão vinculados à tomada de consciência dos fatores envolvidos nas situações imediatas de vida e na participação coletiva para a mudança da ordem social de um agrupamento. Bordenave (1985) enfatiza a idéia de que participar é decidir, intervir no planejamento, na execução e avaliação das ações.

Já os dados obtidos por Miranda (2011) retratam o acampamento Jaguari, no estado de São Paulo, acompanhado e observado pela pesquisadora no período de setembro de 2010 a agosto de 2011, com visitas frequentes ao local. É um estudo de caso único, cuja técnica para levantamento de dados foi o censo para a população acampada e a técnica complementar Bola de Neve, ou Rede Social, para se chegar a outros envolvidos com o acampamento. Os resultados comparados dos dois trabalhos foram analisados a partir das dimensões de sustentabilidade, conforme Elkington (2010), a saber: a) justiça social; b) prosperidade econômica; c) proteção ambiental. Os resultados estão apresentados na seção a seguir.

6. Resultados e Discussão

Com a finalidade de proporcionar uma visão mais ampla dos ambientes que envolvem os assentamentos estudados, é interessante entender seus contextos culturais. Este foi o objetivo das primeiras seções de reflexões. Na sequência, são apresentados os resultados em termos das dimensões da sustentabilidade e seus limites e desafios na prática.

6.1 Situação dos estados e movimentos sociais envolvidos nos assentamentos

Pernambuco foi uma capitania hereditária que obteve um relativo êxito e onde se estabeleceram vários engenhos de açúcar. Produto de exportação, era também o produto do poder dos senhores de engenho da região. As novas concentrações de poder que mantiveram a estrutura fundiária altamente concentrada e a produção de álcool e açúcar, baseada em trabalho assalariado e precário, continuam na base da economia do estado. Os assentamentos são fruto da resistência dos descendentes de pequenos agricultores que foram expulsos da terra para a consolidação das grandes usinas. Nos casos em tela, os assentamentos analisados são organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se

consolidou no estado em 1989, com a ocupação do complexo de Suape, no município de Cabo, e as ocupações de três fazendas em Petrolina e o assentamento de famílias nessas terras. Desde os primeiros anos de atuação até os dias atuais, a atuação do MST no estado se orienta para a maximização das ações de ocupação e assentamento, relegando para segundo plano ações de organização da produção (MORISSAWA, 2001).

A colonização no Rio Grande do Sul foi fundada, em grande medida, sob o regime da pequena propriedade. Heredia (2001) ressalta que a colonização do estado foi feita essencialmente por açorianos, alemães e italianos, ora com a distribuição de lotes de terra aos agricultores, ora exigindo pagamento em suaves prestações. No entanto, não se pode esquecer que o estado também possui áreas de latifúndio em seu sul. De acordo com Rodrigues (2006), com a decadência da pecuária, base da economia da região, esse segmento incorpora mais capital à terra através da prática do arrendamento à lavoura empresarial. O MST organiza os assentamentos estudados, e a história do movimento tem muito a ver com a sua história no Rio Grande do Sul, dado que o início da atividade organizada do MST se dá com a ocupação da fazenda Annoni, em 1985. O fortalecimento do movimento está orientado para o aproveitamento das oportunidades de realização da produção no estado e para o fortalecimento das posições políticas do MST, sendo o escoamento da produção considerado um fator importante para que a imagem do movimento, enquanto produtor de alimentos saudáveis e de bom preço, seja disseminada, em contrapartida à imagem de depredadora do patrimônio público e privado, veiculada pelos canais de comunicação.

O estado de São Paulo teve grande importância na economia do país em razão de sua produção cafeeira, em meados do século XIX. O café paulista contribuiu na criação de cidades e promoveu verdadeiras fortunas, mas, ao mesmo tempo em que imprimia aspectos de crescimento e desenvolvimento ao estado, com a construção de ferrovias, portos, e outros empreendimentos como bancos e comércios, ainda imperava o regime monárquico obsoleto, como a estrutura latifundiária, a monocultura e o sistema escravocrata. Nos primeiros anos do século XIX, em plena época da expansão da lavoura cafeeira, o fim do tráfico negreiro, representou um problema para fazendeiros que precisam de grandes quantidades de trabalhadores. A alternativa encontrada foi a contratação da mão-de-obra de imigrante que se estabeleceram em São Paulo. Em 1988, com a Abolição da Escravatura, o governo adota a política de comercialização de terras, a fim de manter a concentração de riquezas e ter mão-de-obra disponível. A terra passa a ser propriedade dos ricos e se dá a concentração de terra em poucas mãos. No estado de São Paulo, o movimento pela reforma agrária teve início na região oeste, quando posseiros da Fazenda Primavera resistiram à expansão da pecuária e conseguiram a recuperação da área grilada mediante decreto presidencial.

6.2 Realidade das áreas de assentamento

O assentamento Campo Verde está localizado no município de Nazaré da Mata, a 68 Km de Recife. Era um engenho, denominado Lagoa, e foi ocupado em 1996 por 32 famílias remanescentes de um despejo no município de Vicência. O engenho era de propriedade da usina Barra, possuidora de 23 engenhos. No mesmo ano, essas famílias e outras 23, que eram moradoras do engenho, foram assentadas na área (SILVA, 2001). Cada família possui uma

média de 4 hectares, sendo que o assentamento foi dividido em “quadrados burros”, isto é, não existe proximidade de moradia entre os assentados. A demarcação dos lotes dificulta a utilização da área coletiva, encarece a instalação da rede elétrica, favorece a entrada de desconhecidos e dificulta a organização dos núcleos de base. Inclusive, apesar de propícia para a produção de hortaliças, a área do lago não é aproveitada por nenhum dos assentados porque está sujeita a furtos. Assim, os assentados compram as verduras que consomem. O presidente da associação via como vantagem do sistema de “quadrados burros” o fato de o produtor ficar mais próximo de sua produção, o que poderia evitar furtos. Mas via também desvantagem na organização do assentamento, já que ficava difícil chamar reuniões, em função das distâncias. A comercialização dos produtos dos assentados é realizada individualmente e, quando necessário, os associados usam o CNPJ da associação para validar essa comercialização. Os principais produtos comercializados são a farinha, goma e casca de mandioca, produzidas em pequena casa de farinha coletiva existente nas proximidades da antiga sede do engenho. Em casos isolados, os assentados também produzem inhame, cana, macaxeira e frutas, principalmente banana. Apesar da existência de feira no centro da cidade, que dista 7,5km do assentamento, a maior parte da produção é escoada para o mercado por meio de atravessadores.

O assentamento Lagoa do Junco fica no município de Tapes, na grande Porto Alegre (RS). A cidade possui uma população de aproximadamente 17.500 habitantes. A área do assentamento dista 12 km da cidade, e era uma fazenda cujo proprietário estava em dívida com o governo e bancos. Parte dos assentados resolveu se organizar em uma cooperativa, a COOPAT – Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes, que tinha o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias, aumentar a produção e conseguir recursos, investimentos ou empréstimos bancários para os cooperados. A cooperativa produz arroz orgânico como produto para mercado, no entanto, existem várias linhas de produção que visam o autoconsumo, como a horta e a produção de leite e carne. Em termos de organização de moradia e lazer, as famílias associadas moram em uma agrovila, desde o início do assentamento. Nesse mesmo local, as famílias dispõem de uma área de lazer e um refeitório que serve para alimentação coletiva das famílias, reuniões e festas. Krupinski (2003) salienta que a participação dos jovens era boa, no entanto, à época de sua pesquisa, seis já tinham buscado opções de trabalho nas cidades, o que revelava uma fragilidade da cooperativa em criar novos postos de trabalho e reter os jovens trabalhando no empreendimento.

O projeto de assentamento Jaguari é um acampamento formado por 46 barracos. Teve início em junho de 2008, com famílias que não conseguiram ser assentadas no Projeto Agroecológico Hugo Mazzilli, no município paulista de Caconde. Aquele assentamento foi oficializado em 18 de dezembro do mesmo ano, em apenas seis meses desde o acampamento. Essa rapidez atraiu outras famílias interessadas na reforma agrária e outro grupo se formou, no dia 22 de maio de 2009. O Jaguari chegou a ter 750 famílias acampadas à beira da Rodovia SP 340, no município de Aguai, SP, onde ficaram por seis dias, mas recebeu liminar judicial de desapropriação e, após acampar em diversos locais e sofrer diversos processos de desapropriação, em dezembro de 2009, se estabeleceu no bairro rural Mato Seco, em Mogi Guaçu, SP, a oito quilômetros da divisa do município de Aguai e a 12 quilômetros da área urbana, onde permanecem no aguardo da decisão judicial para serem assentados. A maioria

dos acampados são trabalhadores rurais, mas há outras pessoas excluídas socialmente, como desempregados urbanos.

6.3 Análise das dimensões de sustentabilidade nas áreas de assentamento estudadas

A reflexão sobre a realidade das áreas analisadas, permitiu sintetizar no Quadro 1 os limites e desafios em relação à sustentabilidade. Percebe-se que se tem condições diferentes entre as áreas, exatamente o que oportuniza deste trabalho de refletir sobre os desafios e as oportunidades que serão enfrentados pelos trabalhadores do projeto Jaguari, que se preparam para assentamento.

A área mais avançada em termos da discussão da sustentabilidade é a área do assentamento Lagoa do Junco. Os assentados que trabalham coletivamente conseguiram organizar uma estrutura que lhes permite criar postos de trabalho remunerados, ao mesmo tempo em que se promove o bem-estar das famílias assentadas. Além dos postos de trabalho envolvidos na produção de arroz orgânico e produtos de panificação, principais linhas de mercado, existem outros ligados à produção de hortifrutis para consumo coletivo e trato de animais para o mesmo fim. Ainda, os assentados construíram uma cozinha para todas as famílias que fazem parte da cooperativa. O preparo dos alimentos também é feito por pessoas que ocupam postos de trabalho remunerados e o objetivo é liberar mulheres para o trabalho produtivo. Em relação à produção de arroz orgânico, a técnica utilizada é duplamente sustentável: além do não uso de agrotóxicos, a associação da criação de peixes garante alimento para as famílias assentadas.

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE (Elkington, 2010)

Caso Econômica Social Ambiental

Assentamento Campo Verde (PE) Limites: baixa produção para autoconsumo e dependência de atravessadores
Limites: organização em “quadrados burros”; falta de organização coletiva
Limites: estão produzindo cana-de-açúcar para usinas; não aproveitam recursos hídricos

Desafios: produzir coletivamente; fortalecimento da assistência técnica
Desafios: fomentar a participação coletiva; aproximar-se da sociedade
Desafios: produção de orgânicos; recuperação da terra

Assentamento Lagoa do Junco (RS) Limites: produção limitada às famílias cooperadas
Limites: quantidade de famílias cooperadas é pequena
Limites: vizinhos e outros assentados produzem arroz pela técnica convencional

Desafios: expandir a área de atuação em comercialização e as linhas de produto
Desafios: aumentar a participação dos jovens na cooperativa Desafios: expandir a área de produção de arroz orgânico, estimulando a participação coletiva

Projeto de Assentamento Jaguari (SP) Limites: dificuldade em se deslocar para o trabalho fora (em geral por empreita) e não há transporte público. Dificuldade financeira para se manter no acampamento Limites: concentração das ações/ responsabilidades na equipe de coordenação
Limites: a área do acampamento é pequena para produção (cinco mil metros).

Desafios: articulação junto a forças externas para agilizar o processo da reforma agrária para as famílias acampadas Desafios: envolver demais acampados e proliferar a cultura cooperativista Desafios: articulação junto a forças externas para agilizar o processo da reforma agrária para as famílias acampadas

Quadro 1: limites e desafios dos Assentamentos Campo Verde (PE), Assentamento Lagoa do Junco (RS) e do Projeto de Assentamento Jaguari (SP) em relação às dimensões da sustentabilidade.

Fonte: Resultados das pesquisas. Elaborado pelos autores.

No assentamento Campo Verde, se por um lado os produtores têm o acesso à terra pela qual tanto lutaram, por outro deparam-se com os desafios de torná-la produtiva e sustentar-se a partir dela. A falta de assistência técnica, aliada à cultura local, propende os agricultores a vender dias de trabalho para as usinas locais, retomando as relações de bóias-frias. Sem tempo para produzir para o próprio sustento e para comercializar, precisam comprar alimentos e demais itens de necessidade nos supermercados da cidade, endividando-se. Em boa parte dos casos, os assentados passaram a produzir cana-de-açúcar para as usinas, criando uma situação inesperada: passam a apoiar a monocultura que os escravizou, mas que proporciona crédito na praça. A falta de união entre os assentados aprofunda esse processo de busca de soluções individuais, para salvar o dia: os tomadores de serviço ou produção produzem “leilões”, buscando derrubar o preço da oferta, jogando os assentados uns contra os outros.

O projeto de assentamento Jaguari tem, diante do quadro exposto, desafios de monta a enfrentar: a impossibilidade atual de produção, tendo em vista o pequeno espaço ocupado pelo acampamento, não pode impedir que os futuros assentados comecem a pensar nas linhas de produção que intentarão, nos mercados para os quais distribuirão seus produtos, no modelo de moradia, no planejamento do que plantar e de como vender. Outro aspecto a ser trabalhado refere-se à forma de organização das moradias, agrovilas ou moradia nos próprios sítios, a proximidade entre as famílias no acampamento facilita encontros, reuniões e a união entre os acampados. Caso não se opte pelo modelo de agrovilas, a tendência é o isolamento,

dada a distância, além de outras dificuldades como instalações elétricas e de telefone. Além disso, a disseminação da prática cooperativista e do planejamento conjunto é fundamental desde o acampamento, para garantir produção para autoconsumo e comercialização. Caso contrário, repete-se o problema que aconteceu com o assentamento de Pernambuco: a busca de soluções imediatistas. A organização coletiva alcançada neste tempo de penúria, em que se divide o que não tem, precisa ser aprofundada para que se divida o que se tem: poucos recursos de muita gente significa recurso na monta necessária a empreender de forma que não se conseguiria individualmente.

Nos três casos analisados, os agricultores revelaram-se ocupantes de terra de primeira instância, isto é, não eram “sem-terra profissionais”, como apraz divulgar a grande imprensa, mas filhos de pequenos agricultores expulsos da terra ou ex-bóias-frias, que possuem grandes expectativas em tornar a terra produtiva, o que já representa um passo enorme no sentido de superar os desafios, dada a motivação dos agentes interessados.

7. Considerações Finais

Os assentamentos representam uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, a realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais anteriores. A redefinição das relações sociais em torno da posse da terra pode ser compreendida como ponto de partida na redefinição de um conjunto de práticas sociais.

Assentamentos de reforma agrária têm, no geral, dois grandes desafios: tornar a terra produtiva e legitimar-se perante a sociedade. Esses parecem desafios interligados. Em Betanho (2008), pesquisas exploratórias com consumidores nas feiras pernambucanas e na loja gaúcha, indicaram que os clientes acreditam que os produtos dos assentados realmente são livres de agrotóxicos; mesmo quando não apóiam as ações no plano imediato, adquirem os produtos, pelo preço e pela qualidade. Uma comunicação mais estruturada pode vir ao encontro da desmistificação das ações dos movimentos sociais pela reforma agrária perante a sociedade e de um aspecto importante do posicionamento dos produtos, buscando espaços para politizar o mercado já que, como salientam Zerbini e Pistelli (2004), Kujawa e Botura (2004) e Laforga (2005), os consumidores podem, e devem, ser educados para o consumo responsável e entender sua relação com o exercício da cidadania.

No entanto, é importante refletir que o entendimento da lógica de mercado não é uma coisa que se aprende do dia para a noite, o mesmo acontecendo com o estabelecimento de laços sólidos com a comunidade. Se os empreendimentos estudados “farão mercados” dentro da atual economia, como salientava Gaiger (2000), não se pode esquecer o consumo de símbolos e signos. Portanto, é de suma importância que os produtos sejam desenvolvidos de acordo com as perspectivas dos clientes. Entender de pesquisa e de planejamento é crucial para o sucesso desses empreendimentos, não só pelo aspecto da customização das ofertas, mas também pelo aspecto da eficiência no uso dos recursos organizacionais.

A cooperação autogestionária pode ser uma oportunidade tanto sob o aspecto da redução do risco quanto para a inovação. De acordo com os resultados das pesquisas de campo e autores

apresentados na referenciação teórica, existem indicações de que a cooperação traz resultados significativos, mesmo quando aparece de forma rudimentar: as condições de vida dos assentados são melhores em relação à vida anterior ao assentamento, e melhor é a produção para autoconsumo, reduzindo a dependência das famílias dos pontos de venda.

Por meio da reflexão das experiências de dois assentamentos diferentes percebeu-se que os mesmos passaram por situações pelas quais ainda irão se deparar os agricultores que aguardam assentamento. Dessa forma, para o Projeto Jaguari, analisado por Miranda (2011), faz-se necessário a organização, a discussão, o planejamento e a busca de apoios em Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) e ainda em outros Assentamentos de sucesso, como o caso de Lagoa do Junco (RS). A troca de experiências entre assentamentos pode ser o caminho para repetir acertos e evitar erros.

Os casos estudados mostraram que não basta conseguir a terra, o desafio maior é manter-se na terra. Para isso, são necessários programas que possibilitem geração de renda a partir de pequenos empreendimentos rurais. A influência da mídia faz com que a cidade seja vista pelo trabalhador desqualificado, insatisfeito com as dificuldades dos assentamentos, como o lugar de solução de todos os seus problemas. Pouca coisa tem sido feita para mudar esta realidade. Na parceria, no arrendamento e no trabalho assalariado, as diversas atividades que compõem o processo produtivo eram até então controladas pelo fazendeiro/proprietário fundiário. Agora, passam ao controle direto dos agricultores assentados. Estas alterações nem sempre contam com um adequado suporte das políticas públicas, uma decorrência das próprias relações de forças políticas presentes no interior dos Estados.

Os casos analisados evidenciam a necessidade de observação sistemática da realidade dos assentamentos, das suas relações com o mercado e com as instituições e canais envolvidas na produção e comercialização. Este estudo chama a atenção para esta realidade e para a importância de discutir sobre práticas, limites e desafios para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Referências

BETANHO, Cristiane. Produção e comercialização em assentamentos de reforma agrária do MST: pesquisa participativa e pesquisa-ação em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. 318 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

BORDENAVE, Juan E.D. O que é participação. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

CAVALCANTI, C. (Org.) et al. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 262. Disponível em [www: http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf](http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf)

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST. São Paulo, CONCRAB/MST, 1999. (Cadernos de Cooperação Agrícola).

ELKINGTON, John. Enter the Triple Bottom Line, 2004. Disponível em: <http://www.johnelkington.com/TBL-elkington-chapter.pdf>. Acesso em: 08 de novembro de 2010.

FERNANDES, Bernardo M. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In CARTER, Miguel. Combatendo a Desigualdade Social, o MST e a Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010. P. 161 a 197.

FRANÇA FILHO, Genauto C. e LAVILLE, Jean-Lois. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FURTADO, Celso. Análise do Modelo Brasileiro. 8ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.

GAIGER, Luiz I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. 2000. Internet http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc5.doc Acesso em 12/07/2005.

GERMER, Claus. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. Nova dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas: Unicamp, 1996.

GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos Populares no Brasil: desafios e perspectivas. Palestra no Simpósio do 47th International Congress Americanista, de 07 a 11/07/1991, Tulane University, New Orleans, Estados Unidos. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HEREDIA, Vânia. A imigração européia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. Scripta Nova n. 94(10), 01/08/2001.

INCRA. Atlas Fundiário Brasileiro. Internet <http://www.incra.gov.br/> Brasília, 1996. Acesso em 05/01/2012.

KUJAWA, Henrique; BOTURA, Ivaníria. O Consumo Solidário na ótica do consumidor. In PAULI, Jandir; ROSA, Enéias (org.) Consumo Crítico, Solidário e Coletivo. Passo Fundo: Clio Livros, 2004. 148p.

LAFORGA, Gilmar. Dinâmica do Comércio Justo, Associativismo e Agricultura Familiar na citricultura brasileira. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, São Carlos: UFSCar, 2005. 348 p.

LECHAT, Noelle M. P. As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil. In: Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. II, 2002, Campinas. Palestra. Volume 1. p. 78-80.

LINHARES, Maria Y.L.; SILVA, Francisco C.T. Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARQUES, Maria I. M. O Conceito de Espaço Rural em Questão. São Paulo: Terra Livre, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez., 2002.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política – Volume I tomo 1. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MIOR, Liuz C. Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural. Chapecó: Argos, 2005.

MIRANDA, Bernadete P. Projeto de Assentamento Jaguari: a contribuição do acampamento de sem-terra de Mogi Guaçu, SP, para o desenvolvimento sustentável regional. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida. Centro Univ. das Faculdades Associadas de Ensino - FAE. São João da Boa Vista, 2011.

MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256p.

PNUD – Programa das Ações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. Internet http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh20072008/hdr_20072008_pt_complete.pdf Acesso em 11/02/2008.

PNUMA (2010) PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB) para Políticas Locais e Regionais, Simpósio Internacional para Formuladores de Políticas Públicas, Curitiba, 2010, disponível em www.unicrio.org.br. Acesso em 20 de setembro de 2011.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROCHA, Marisa L.; AGUIAR, Katia F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. Psicol. cienc. prof. vol.23, no.4 p.64-73, dez. 2003.

RODRIGUES, Aline L. O latifúndio no Rio Grande do Sul: velhas formas na funcionalidade de novos atores econômicos na microrregião geográfica da campanha central. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Maria, 2006. 167p.

SACHS, Ignacy. The strategies of ecodevelopment. Ceres. FAO Review of Agric. Develop., 17, 1984. pp. 17-21.

SAUER, Sérgio. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SILVA, José R. Dificuldades e alternativas para uma proposta de desenvolvimento nos assentamentos Campo Verde e Pedro e Inácio, no município de Nazaré da Mata – PE. Monografia de Especialização e Extensão em Administração de Cooperativas (CEACOO). Universidade de Brasília, Universidade de Campinas, ITERRA, 2001. 59 p.

SINGER, Paul. A Recente Ressurreição da Economia Solidária no Brasil (2010). Disponível em www.ces.uc.pt/emancipa. Acesso em 2 de novembro de 2010.

SINGER, Paul. e SOUZA, André. R. (orgs.) et al. A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. SP: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

VIA CAMPESINA. A natureza do agronegócio no Brasil. São Paulo, 2005.

VIEIRA, Edson T. A distribuição funcional da renda e a economia solidária. Internet http://www.unitau.br/nupes/artigos/distribuicao_funcional.htm Acesso em 03/12/2006.

ZERBINI, Fabíola; PISTELLI, Renata. Um ensaio sobre a educação para o consumo responsável: reflexões, pedagogia e prática. In PAULI, Jandir; ROSA, Enéias (org.) Consumo Crítico, Solidário e Coletivo. Passo Fundo: Clio Livros, 2004. 148p